



DEPOIMENTO

REINALDO CARVALHO BRANDÃO

*Em 2003, servidor da Câmara dos Deputados.
Entre outras atividades na Casa, exerceu os cargos de Chefe da
Seção de Obras, Chefe da Seção de Fiscalização e Controle e diretor da
Coordenação de Arquitetura e Engenharia.*

ENTREVISTADORA:

Glória Varela

LOCAL:

Brasília

DATA:

01/08/2003

DURAÇÃO:

1 hora, 55 minutos

TÓPICOS:

O processo de seleção; o concurso; a atuação da Câmara durante a Ditadura, detalhes da invasão ao Congresso pelo Exército, em 1966; a Constituição de 1967; a vida na Câmara; as reformas e construções dos anexos da Câmara; o poder do diretor-geral; a infra-estrutura da Câmara; criação de cargos com a mudança para Brasília; o episódio de troca de tiros entre deputados; os servidores da Câmara.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Então, só conferindo aqui: Reinaldo Carvalho Brandão, nasceu em Patrocínio, Minas Gerais, arquiteto. Veio para Brasília em que ano?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Em 1964.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – 1964 – época boa, animada. E trabalhou na Câmara desde que ano?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – 1966; 28 de setembro de 1966.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Então, a gente pode começar? Quando você entrou para a Câmara dos Deputados, que atividade você exercia? Que idade você tinha e que atividade você exercia?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Eu tinha em torno de 20 anos, 24 anos, por aí. E, ao chegar em Brasília, em 64, eu me inscrevi em todos os concursos que tinham disponíveis na época, e um deles foi o da Câmara dos Deputados. Eu me inscrevi em dois da Câmara dos Deputados: um de auxiliar legislativo, que era uma carreira que existia naquela época; e outro de guarda de segurança; e, ao mesmo tempo, me inscrevi em um concurso para técnico de laboratório de banco de sangue. O concurso da Câmara demorou muito para sair e fiz o concurso de técnico de laboratório de banco de sangue. Passei, e fiquei trabalhando no Hospital Distrital como técnico de laboratório de banco de sangue.

Posteriormente, quando o concurso da Câmara saiu, fiz o concurso e tive a felicidade de passar. Foi um concurso extremamente difícil, porque nós éramos 800 candidatos para 40 vagas e só 23 passaram. Desses 23, 18 éramos universitários. Foi, realmente, um concurso muito... comandado pela dona Naíde.. um concurso muito difícil e pesado. Fiz o outro concurso, para auxiliar legislativo, e tomei bomba; Aí, fiz o concurso para segurança e entrei como guarda de segurança – PL 12, na época... PL 11 – era a nomenclatura que se usava. Quanto mais alto o PL, mais baixo o dinheiro. Então, eu era PL 11; a gente entrava lá em cima. E o diretor-geral era PL 1.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Então, era inversamente?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Era inversamente proporcional.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E você trabalhou como guarda de segurança?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Eu trabalhei como guarda de segurança dois anos. Foram dois anos em que eu tive muito prazer em trabalhar.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Isso foi em que ano?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – 1966.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – 66.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Um ano tumultuado, né? Uma época tumultuada. E foi uma época em que eu talvez tenha participado da história do Brasil, como funcionário da Câmara. Talvez tenha sido minha maior participação na história do Brasil, exatamente porque eu trabalhava na área de segurança, e foi o ano em que a Câmara foi invadida. Que eu tenha conhecimento, foi a única vez em que a Câmara foi invadida pelos militares e fechada pelos militares. E eu, por coincidência, estava de serviço. Era o meu primeiro dia de serviço noturno. E eu estava na porta principal quando foi invadido o Congresso pelo Exército.

Esse episódio talvez seja o episódio mais importante desta minha narrativa, porque eu participei de fatos realmente históricos. E eu já ouvi versões desse fato por outras pessoas; Como eu participei sob um ponto de vista um pouco diferente, porque eu fiquei no meio do conflito mesmo, eu teria particularidades...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Então, vamos começar o episódio. O senhor se lembra que dia era, que circunstâncias eram, onde é que o senhor estava?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Não. Eu não me lembro o dia, mas foi... eu sou muito ruim em fatos históricos como também no aspecto político da coisa, porque, quando eu entrei na Câmara, por princípio, eu abandonei todas minhas posições político-partidárias. Naquela época, os funcionários eram proibidos de terem participação político-partidária, por causa de uma resolução que havia na época. E eu sempre procurei ficar fora dos aspectos políticos, para que eu pudesse exercer minha função com total isenção, tanto na Segurança como, depois, como arquiteto.

Então, eu não sei precisar bem, mas eu me lembro bem do fato. Houve uma cassação de seis parlamentares, parece-me, entre os quais eu me lembro bem do Doutel de Andrade – o Doutel de Andrade foi um dos cassados. O César Prieto foi outro dos cassados. E eu não me lembro mais quais foram. Mas isso foi no ano de 68, fim do ano de 68 [correção: foi em 1966]. Parece-me que houve uma reação do Poder Legislativo contra essa medida, considerada pelo Congresso, naquela época, uma medida de força. E o presidente da Câmara não aceitou a cassação dos parlamentares: abriu a sessão e deu a palavra a um parlamentar cassado. Isso gerou uma revolta por parte do Poder Executivo. Então, decidiram invadir o Congresso.

Eu estava de serviço naquele dia, à paisana, ainda, porque a minha farda não tinha saído, pois tinha tomado posse há pouco tempo – não tinham feito minha farda ainda. Então, eu estava à paisana. Era a primeira vez que me entregavam uma arma, um revólver calibre 38. Coloquei aquilo na cintura e ficamos ali, o dia inteiro, presos dentro da Câmara, aguardando uma solução, política ou não, da situação. E a gente ficou sitiado, praticamente sitiados, com uma série de deputados do PMDB – do antigo MDB – entre os quais eu me lembro bem do Breno da Silveira e do Amaral Netto. Foram dois deputados que me chamaram a atenção naquela época, porque foram os dois que nos deram algumas ordens, inclusive com relação a uma tomada de posição: se fôssemos atacados pela Polícia Federal, nós deveríamos reagir e revidar a tiros; e, se não fosse, se fosse o Exército, era coisa política, e a gente, simplesmente deixaria que eles tomassem conta da Câmara e tal.

Então, nós ficamos aqui, mais ou menos sitiados, sem nada para comer, sem... eles tentaram cortar nossa água e não conseguiram, porque nossa reserva de água é muito grande. Cortaram nossos telefones. Naquela época, não tinha telefone celular; então, nós ficamos sem comunicação com o exterior da Câmara. E, de noite, cortaram a luz e, a Câmara é extremamente escura, sem luz, porque ela não tem contato com o mundo, é o subsolo. Então, você fica... é um negócio pior do que os porões da ditadura, que eu não conheço, mas eu tenho certeza de que é pior, porque é absolutamente escuro. E começa a faltar ar em determinados lugares.

A Segurança era ali onde hoje é a Liderança do Governo no Congresso, perto do Espaço Cultural. Ali era um buraco, um buraco que, quando se apagava a luz, você acendia o fósforo e ele apagava por falta de oxigênio. Porque, só com ventilação forçada, com ventilação mecânica: é o ar que tinha lá.

Então, foi uma situação de muito suspense, muita apreensão. Os deputados estavam muito agitados. Quando a gente percebeu, do lado de fora, a gente sentiu, percebeu uma movimentação, que nos parecia ser uma movimentação de tropa. É uma coisa muito desagradável, porque você tem, do lado de fora, um fuzil e, do lado de dentro, você está cercado por um vidro. Então, é uma situação difícil.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Isso já era à noite?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Já à noite. No dia seguinte, nós já estávamos... o Congresso já estava tomado.

Então, os jornalistas credenciados na Câmara se mantiveram todos dentro da Câmara, na expectativa de um “furo”, de uma reportagem interessante. E fizemos, mais ou menos, um certo bom relacionamento entre jornalistas, deputados, funcionários – aqueles que estavam aqui.

Lembro-me bem: o Dr. Luciano era diretor-geral da Câmara, e ele ficou no gabinete dele todo o tempo. Pela madrugada, eu não sei precisar a que horas, mas bem tarde, eu estava de serviço na porta principal, porque nós havíamos sido informados que havia uma expectativa da iminência da invasão. O presidente era o deputado Aducto Lúcio Cardoso, e estava no gabinete dele também. E nós havíamos sido informados de que, possivelmente, o Exército invadiria a Câmara. Então, nos posicionamos, quatro seguranças, ali na porta principal – três fardados, e eu estava à paisana porque não tinha farda. Ficamos aguardando. Os repórteres, todos os repórteres, sobretudo os fotógrafos, posicionaram-se ali no Salão Branco à espera da chegada dos invasores, que seria o Exército.

A tantas horas da noite – que eu não sei precisar a que horas foi – realmente desceu o Exército de luz apagada – os carros do Exército de luzes apagadas, com um jipe na frente, e alguns carros, caminhões... Eu não sei assim a quantidade, porque eu estava embaixo, não via... Mas a gente viu descendo uma luzinha vermelha, muito fraquinha. E os jornalistas todos se posicionaram atrás do vidro. Quando o jipe chegou – esse jipe era o jipe do comandante, que, depois, eu fiquei sabendo que era o coronel Meira Mattos –, os fotógrafos todos espocaram os *flashes*. E foi realmente uma claridade imensa que clareou o coronel... Eu vi nitidamente o coronel pela quantidade de flashes; e a seqüência de *flashes* realmente clareou aquilo ali tudo.

Eu não sei se foi, mas, na minha avaliação, na minha interpretação, o coronel se assustou; ele não esperava essa reação, não esperava essa quantidade de fotógrafos e jornalistas ali. E ele, então, saltou do jipe até de uma forma bem ginasta. Ele pulou por cima do vidro do jipe – o jipe sem capota – e saltou quase na porta da Câmara, e já abriu a porta da Câmara e invadiu.

Quando ele entrou na Câmara, os soldados vieram e entraram junto com ele. E, aí, realmente, houve um tumulto muito grande, uma confusão muito grande, porque os soldados, os oficiais, todas aquelas pessoas que estavam com o coronel Meira Mattos entenderam que deveriam tomar as máquinas dos fotógrafos, e, aí, houve um certo corpo a corpo. E, com isso, os soldados invadiram realmente o Salão Branco. E me parece que não era a idéia deles invadirem o Salão Branco; era só fechar do lado de fora, fechar: quem estava dentro não saía, quem estava fora não entrava.

Mas eles invadiram. Eu me lembro dos cunhetes de munição, aqueles caixotes de bala, com metralhadoras e tal. Eles entraram e pararam ali no Salão Branco. E puseram aquela fila de cunhetes de munição lá perto da parede do Salão Branco, subindo a escada do Banco do Brasil.

E nós... Os fotógrafos fomos compelidos a sair, na marra mesmo. E alguns correram para dentro da Câmara, e outros não tiveram jeito, foram postos para fora. Com máquinas, sem máquinas... Depois, a gente viu que vários fotógrafos tinham escondido, em algum lugar do seu corpo, os seus filmes. E para sair com isso, depois, foi complicado. Ele teve que usar de certas manobras para sair com o filme, porque a saída, eu vou contar a seguir, foi uma coisa bem... Cada um saindo, identificando-se e tal.

Esse episódio foi interessante porque eu estava preocupado comigo. Eu estava muito preocupado, porque eu estava com um revólver na cintura, sem identificação, não tinha nem carteira de funcionário da Câmara. Mas tinha um guarda aqui na Câmara, o Antônio de Souza, que era um sujeito espetacular, um sujeito muito rude, de pouca instrução, mas extremamente fiel aos companheiros; um sujeito, assim, com um espírito de coleguismo muito grande; ele me pôs atrás dele – ele era muito gordo – e me disse: “Fica aí que eu te protejo”. E, realmente, me protegeu, e eu fiquei ali.

Outros seguranças mais antigos resolveram tirar o quepe para se infiltrarem no meio dos jornalistas. Porque o jornalista, aqui na Câmara, é uma figura absolutamente respeitada, é uma figura quase que como um deputado. O jornalista sempre foi respeitado pela Segurança como uma autoridade. Só que, no caso ali, eles foram se esconder junto aos jornalistas, exatamente os jornalistas que o Exército queria. Então, foi uma pancadaria. E dois dos nossos colegas da Segurança foram postos para fora como se fossem jornalistas e apanharam. E houve, realmente, um *tête-à-tête*, uma disputa física entre os jornalistas e os militares.

Logo passado esse primeiro impacto, o coronel Meira Mattos ordenou que todos os soldados saíssem do Salão Branco. E a gente, então... Eles se postaram do lado de fora, no túnel do Anexo I, fecharam a porta e ficaram dois soldados do lado de fora, na porta principal. Então, o Suez, que era um outro segurança mais antigo, falou com o major que estava abandonando o posto porque ele não tinha mais o que fazer ali naquele posto. O major disse que podia, e nós fomos, então, para o gabinete do presidente, dizer ao presidente, oficialmente, que a Câmara tinha sido invadida pelo Exército, que nós havíamos abandonado o nosso posto e que, no nosso posto, tinha um major do Exército – eu não me lembro o nome do major, ele se identificou. E a gente falou com eles. Fomos ao presidente e, no gabinete do presidente... Era um gabinete antigo ainda, naquele lugar mesmo que é hoje... Não, era mais para cá, mas era correspondente àquele lugar, no lado cá, onde é hoje o cafezinho dos parlamentares – ali era o gabinete do presidente.

Nós chegamos lá e estavam todos os deputados. E abriram para a gente passar. E, então, eu me senti muito importante, porque os deputados fizeram um corredor polonês, a gente foi ao presidente e, oficialmente, falou com o presidente. O Suez, que era o segurança mais antigo, falou com o presidente que a Câmara estava invadida.

Houve uma reação interessante que eu notei nos deputados, em vários deputados, de tristeza. Eu percebi em muitos deputados, foi uma coisa que me marcou muito. E eu me lembro especificamente do deputado Mário Covas. O deputado Mário Covas teve um sentimento extremamente pesaroso. Ele não demonstrou medo, ele não demonstrou... Mas ele demonstrou um pesar muito grande. E eu vi uma hora, na saída do pessoal, depois, na hora de identificar, o deputado Mário Covas chorando e dizendo que a democracia havia sido maculada e que a democracia havia sido, naquele momento... Acabou-se a democracia, porque havia sido fechado, pela força, o Congresso Nacional.

Foi um episódio muito marcante na minha vida. E eu passei a admirar muito o deputado Mário Covas – não politicamente, porque eu não tinha posição política, eu não adotei posição – mas como pessoa, como um político, que tinha sentimentos realmente patrióticos e democráticos e tal, porque ele demonstrou isso de uma forma muito clara.

Mas, voltando ao episódio lá em cima, quando nós fomos falar com o presidente, concomitantemente a isso, houve uma confusão muito grande, porque todos os deputados que estavam armados, e a maioria estava armada, foram guardar, no cofre da Presidência, a sua arma, porque não queriam ser pegos pelo militar...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Era comum esse hábito dos parlamentares andarem armados ou era aquela circunstância específica?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Não, muitos deputados andavam armados, mas eles deixavam as armas na chapelaria. A gente chamava de chapelaria o local onde tem, hoje, o ponto do parlamentar – ali onde está a Segurança, no Salão Branco. Ali, tinha um buraco por trás em que eles deixavam a arma..

Mas era bem mais comum andar armado, naquela época. Deputado não era abordado para se desarmar. Talvez o corregedor, eu não sei se havia, parece-me que havia essa figura naquela época. Mas era muito comum haver conflitos entre os deputados e eles estarem armados. Inclusive, o Nelson Carneiro atirou no Souto, no pai do Piquet. Eu também, por coincidência, estava de serviço nesse dia. Mas é um outro episódio que, depois, a gente pode comentar.

Mas nesse dia, especificamente, os deputados estavam armados. Eles não haviam deixado suas armas na chapelaria. Grande parte dos deputados estava armada. Eu me lembro bem do Breno da Silveira e do Amaral Netto, que estavam armados e nos pediram para reagir se a Polícia Federal... Porque a Polícia Federal estava rondando também para prender aqueles deputados que haviam sido cassados.

Neste momento que estávamos lá com o presidente, coincidentemente, entrou o deputado Nilo Coelho, que era na época primeiro-secretário e trouxe... Ele era primeiro-secretário? Acho que sim. Ele recebeu a mensagem do presidente da República fechando o Congresso. Então, ele veio trazer, oficialmente, aquela determinação da Presidência da República fechando o Congresso. E ele foi agredido, eu me lembro bem de o Doutel de Andrade agredi-lo fisicamente.

E foi uma atitude de revolta de todos os parlamentares que estavam lá dentro contra a atitude do Nilo Coelho. Na verdade, inclusive, chamando-o de moleque de recado, uma coisa assim, bem.... E ele, na verdade, era da Arena, era do Governo. Ele havia recebido aquela coisa oficial e foi levar ao presidente. E saiu quase que no tapa lá. E a gente teve que segurar deputados e parlamentares e tal.

Depois disso, ficamos aguardando o amanhecer. Quando amanheceu, realmente, nós vimos a dimensão da coisa, não é?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Tudo isso aconteceu no escuro, não é?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Tudo isso aconteceu no escuro.

A SRA. (Glória Varela) – Com vela?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Com vela.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Lampião?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Só vela.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Só velas.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Só vela, fósforo. Não tinha....

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O ar rarefeito?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Não. Porque nós fomos para o gabinete do presidente. Lá tinha janelas. Então, ficou quase todo mundo no gabinete do presidente. Eu me lembro de um episódio interessante: o Cordeiro... o Cordeiro, naquela época, era jornalista, depois, foi deputado Cordeiro. Ele correu. Todos correram em direção ao presidente. Então, a Taquigrafia era onde é hoje o Espaço Cultural. Eles saíram do Salão Branco e

correram na direção do Anexo II para ir para o gabinete do presidente, que era ali. Só que, quando chegou lá no fim, o Cordeiro entrou no banheiro – porque no fim do corredor tem o banheiro – achando que estava entrando na escada. Quando ele entrou no banheiro, que ele viu que era o banheiro, voltou no escuro, trombou com outro jornalista e fraturou o nariz. Teve um problema no nariz e sangrou e tal. E o outro jornalista parece que bateu a máquina no Cordeiro. Não sei bem como é que foi a história. Mas a gente viu depois o Cordeiro todo cheio de sangue. E foi isso. E bateu. Ele nos disse... Eu não vi, não presenciei, mas ele nos disse que voltou lá e bateu de frente.

Houve muito pânico, muito pânico. No momento da invasão mesmo, houve um pânico muito grande por parte sobretudo dos jornalistas. Interessante: os parlamentares, eu não me lembro assim de parlamentar lá, porque ele não chegou a se confrontar com o militar, porque o parlamentar foi para o gabinete do presidente.

O presidente, Aducto Lúcio Cardoso, se manteve numa postura assim bem... Eu, na época, admirei muito porque ele era da Situação. Ele era da Arena. Ele era uma pessoa que os outros, às vezes, criticavam por posições de direita, mas ele se manteve como presidente da Câmara, como presidente da Instituição. Muito firme e muito determinado a não aceitar aquilo que estava sendo imposto pelo Executivo.

Mas ele não teve nenhuma opção e recebeu aquilo e ficou com todos os parlamentares no gabinete. E nós, então, voltamos. Eu voltei para ficar perto da porta principal do Salão Branco, porque os... já haviam saído.

Aí amanheceu. Quando amanheceu, nós vimos que a coisa era muito maior do que nós imaginávamos, porque a gente viu soldados ali, naquele gramado em frente, deitados, em posição de tiro, com fuzis virados para cá, para nós. Atrás do Anexo I, cheio de soldados ali atrás daquelas casas de máquinas. Aquela coisa. E para todo lado que se via, tinha soldado armado.

Então, aqueles revólveres nossos – nós devíamos ter mais ou menos trinta a quarenta revólveres aqui dentro –, seria uma mortandade brutal se a gente tivesse usado. Graças a Deus não usamos. Não tivemos necessidade de usar.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Quantas horas, mais ou menos, se passaram entre o corte da energia e...

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Foi a noite toda. Nós não tivemos energia. Quando foi escurecendo, não tinha energia.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E , com certeza, foi o Exército que cortou.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Não, não tenho certeza.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Não se sabe.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Não tenho certeza, porque a Polícia Federal também estava à cata dos deputados cassados. Naquela época...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Mas isso é feito externamente? Esse corte foi feito externamente pela fiação?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Externamente. Foi feito externamente, talvez na casa de força, pela CEB, pelo DFL – na época chamado de Departamento de Força e Luz –, que foi cortado. Eu não sei qual foi o sistema naquela época. Eu ainda não era arquiteto da Câmara, não sabia como eram as instalações, mas certamente foi cortado por fora.

Dentro da Câmara, estavam só parlamentares do MDB. O deputado Aducto Lúcio Cardoso era o único da Arena que estava aqui, e, depois, o deputado Nilo Coelho veio trazer a correspondência da Presidência da República que estava fechada.

Aí, a hora que amanheceu, começou-se uma negociação para saber-se o que fazia. E aí aconteceu um fato interessante, que eu acho que é um fato relevante para as pessoas que participaram. Eu vi um ato de coragem do deputado César Prieto, se não me engano, que era um amigo do Juscelino. Se não me engano, chamava-se César Prieto. Era um deputado muito forte, grande, que foi cassado. Ele fazia parte dos cassados nessa época. E ele saiu ali embaixo onde tem aquela banca de revista no túnel, eram vagas de parlamentares e deixavam os carros ali. Então, estava cheio de carro ali. E o carro do deputado César Prieto estava ali, era uma Bel-Air 58. E ele, então, veio sem falar nada com ninguém, saiu lá do gabinete do presidente, veio caladinho e foi. E eu disse: “Deputado, o senhor não pode sair”. Ele não me deu atenção, abriu a porta e pegou as duas armas do soldado que estava ali, abriu com as mãos, passou entre eles, entrou no carro; saiu e passou pela Polícia Federal, que a Polícia Federal... O Exército não deixou a Polícia Federal chegar. A Polícia Federal ficou na curva da saída do túnel, ali, naquela... A saída do túnel é um buraco, não é? O Exército mandou que a Polícia Federal ficasse atrás daquilo ali. Então, a Polícia Federal não chegou perto da gente.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Onde é o desembarque de parlamentares, hoje?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – É, ali, na saída para lá. Na hora que você sai, vira ali, os policiais ficaram ali.

Então, estava muito policial ali e o César Prieto passou por eles com o carro tocando. Aí deu-se o fato, talvez o fato histórico mais importante, que foi a saída dos parlamentares cassados. O deputado Aducto Lúcio Cardoso... foi uma hora de muita tensão.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Isso na manhã após a invasão?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Na manhã após a invasão. Foi uma hora de muita tensão, foi a primeira vez que o deputado Aducto Lúcio Cardoso se deslocou do gabinete dele e veio em direção à saída da Câmara. E o Exército, postado do lado de fora, armado com metralhadoras, soldados armados. O coronel Meira Matos, ao lado do carro dele. E o carro do presidente chegou. O Galaxy do presidente chegou.

Então, o presidente saiu e disse que ele daria garantia pessoal, que ele era representante do poder civil, que ele daria garantia pessoal aos cassados. Nenhum cassado seria molestado por nenhum militar junto dele.

E entraram no carro todos os cassados. Eram cinco ou seis. Eu sei que tinha o motorista, o deputado Aducto Lúcio Cardoso e mais O carro saiu atropetado. O Galaxy saiu quase raspando no chão, porque todos os cassados entraram no carro junto com ele.

E nesse diálogo aí, o Meira Matos disse que era representante do poder militar, eu acho que, politicamente, foi uma coisa que não estava planejada, certo? Porque não existia o poder militar. Não havia uma declaração de que nós estávamos num regime autoritário. O presidente Castelo Branco havia sido eleito pelo colégio eleitoral. Sei lá. Não sei se Castelo Branco foi eleito, mas não se falava em ditadura militar. Era um regime de transição e tal. O Meira Matos, então, ao se defrontar com o Aducto Lúcio Cardoso, e o Aducto Lúcio Cardoso dizer que era representante do poder civil e que daria garantia, ele disse que “eu sou o representante do poder militar e autorizo o senhor a sair com os cassados”. Então eu nunca vi essa versão disso. Outras pessoas contaram, não sei se tem. Mas achei o fato relevante.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Reinaldo, você mencionou que só os deputados do MDB estavam na Casa. A Arena tinha sido avisada da invasão, na sua opinião?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Não, na minha opinião, a Arena, quando... porque houve a cassação, encerrou-se a sessão e o pessoal da Arena saiu. E o pessoal do MDB ficou dentro do plenário e o deputado Aducto Lúcio Cardoso reabriu a sessão e deu a palavra para os deputados cassados. Isso é que criou... porque não me parece que havia, na época, intenção

de se fechar o Congresso da forma que foi feito. Houve a cassação, já havia as cassações, já era uma coisa que havia. E cassaram-se aqueles deputados. Não sei a causa política. Isso a gente... talvez vocês que são jornalistas possam ligar esse fato ao fato político importante que foi a cassação – me lembro bem – do Doutel de Andrade, César Prieto e outros mais.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Mas isso foi antes do AI-5, não é?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Isso foi em 1966.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Não, você me disse que isso aconteceu no final de 68.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – No final de 66.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Final de 66.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – É. Foi quando entrei na Câmara.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Era isso que eu ia confrontar.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – O outro foi do Márcio Moreira Alves, o episódio do Márcio Moreira Alves.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Que acabou implicando na decretação do AI-5.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Eu participei também. Ainda estava na segurança.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Conta para a gente como foi o episódio de 1968 e depois a gente faz uma comparação entre esse episódio de 66 e o de 68.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – O de 1968, para nós... não houve invasão na Câmara.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Em 66 foi mais dramático, então.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Foi mais violento. Dramático, não, porque o do Márcio Moreira Alves foi muito dramático. Interessante: eu já disse aqui que eu não tinha posição política. Sempre procurei não ter. Não é manifestar, não, não ter posição política, exatamente pela função que exercia de segurança, era muito importante que me mantivesse equidistante de qualquer coisa política para poder exercer a função de segurança. Mas a gente tinha uma admiração muito grande pelas pessoas de coragem. Naquela época, havia um grupo de parlamentares – Davi Lerer, Mário Covas, Márcio Moreira Alves, tinha um outro que era gago, que não me lembro o nome dele – que eram pessoas muito corajosas.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Jovens.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Jovens que falavam coisas que a gente não imaginava que pudesse falar da Presidência da República, dos presidentes da República, da situação, não é? Então a gente tinha muita admiração por eles, admiração pessoal, não política, mas pessoal, pela coragem pessoal deles. E a cassação do Mário Moreira Alves foi muito traumática para nós porque era um sujeito que gozava de um prestígio com a gente pela pessoa que era, pela maneira que ele falava, pela posição contestadora dele naquela ocasião que não era fácil, não é? Naquela época não era fácil. Houve uma sessão e ele fez um discurso e falou mal do governo e a coisa... Politicamente eu não sei te dizer. Eu não acompanhava a parte política. Eu realmente era alienado e ainda sou meio alienado politicamente. Me habituei a isso pela profissão, pela função. E ... então eu não sei dizer assim, agora, foi uma coisa traumática e o fechamento do Congresso de novo. Aí veio uma repercussão que a gente sentiu bem no bolso. Nós tivemos uma queda violenta do salário, porque, com o Congresso fechado não havia mais sessão extraordinária. E naquela época era uma defasagem muito grande entre o que se ganhava de salário e o que se recebia no final. Então essa foi uma repercussão.

Agora me lembro bem também... o episódio do Márcio Moreira Alves eu realmente não tenho grande lembrança. Quer dizer, eu lembro do fato. Lembro da Constituição, lembro do fato do senador Moura Andrade parar o relógio para não passar da meia-noite, porque tinha um prazo. A gente achava muito interessante essa coisa porque, como a gente não tinha nada a ver com a política, a gente ficava imaginando como é que aquilo era possível. Havia uma determinação não sei se escrita ou não do Palácio do Planalto de que se a Constituição não fosse votada até a meia-noite daquele determinado dia, ela passaria sem nenhuma emenda. E os deputados conseguiram fazer uma série de emendas à Constituição vinda do Palácio do Planalto que melhoraram muito o texto da Constituição, segundo o pensamento dos deputados naquela época – inclusive deputados de oposição conseguiram algumas emendas, melhorando o texto e mudando um pouco o texto.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Isso na Constituição de 67, que foi dos militares.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Posterior foi de 67.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – A Constituinte foi em 87. Foi a dos militares.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Foi a do Moura Andrade.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – 1967.

OSR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Logo depois desse episódio... aí a Câmara fechou um pouco. Ficou pouco tempo fechada nesse episódio e aí veio essa Constituição que foi também um momento muito marcante para nós, porque nós trabalhávamos dia e noite. O contingente da segurança era pequeno e as sessões se prolongavam até altas horas da noite. Então a gente trabalhava num regime muito violento, trabalhava quase que direto aqui, a gente quase que se mudou para cá – ficávamos aqui direto, trabalhávamos dia e noite. Então me lembro bem do final. Não conseguiram votar em tempo, terminar a votação em tempo. O senador Moura Andrade que era o presidente do Congresso, que comandava na época, mandou parar o relógio do plenário. Foi uma coisa mais ou menos complicada, porque ali o relógio é automático; então a gente não tinha acesso ao relógio para parar, senão parava todos os relógios da Câmara. Então tivemos que ir na central de relógios, parar todos os relógios da Câmara, que ficaram parados por um tempo grande. Parece-me que terminaram às três e meia da manhã a confecção... a votação de promulgou... aí o relógio voltou a funcionar. Mas estava parado em um minuto antes de meia-noite ... Aquilo para mim era uma coisa muito estranha, porque eu não entendia como é que parar o relógio parava o tempo, não é? Mas politicamente funcionou e a Presidência da República também eu acho que não queria usar mais força em cima do Congresso. Todas as aprovações... porque naquela época o MDB era muito pequeno em relação à Arena. A Arena aprovava tudo o que queria. Realmente aquilo era o rolo compressor político. A gente percebia que só passava no plenário aquilo que a Arena queria. Eu trabalhava muito no plenário. Era um posto que eu era muito destacado para lá. Então, a gente... eu achei estranho, mas foi um fato histórico essa parada do relógio . A Constituição que deveria ter sido ... que foi promulgada num dia, na verdade, foi promulgada no outro dia, às três e meia da manhã, quatro horas da manhã, como sendo no dia anterior.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Que outros episódios você lembra, Reinaldo? Episódios marcantes, politicamente falando, que foram ou dramáticos ou tempestuosos ou festivos para o Legislativo.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Esse período meu na Segurança foi todo ele muito marcado de protestos e marcado de dificuldades porque era uma época complicada porque esses deputados de oposição eram extremamente aguerridos e por muito tempo eles foram procurados e tentados .. foi tentada a prisão deles aqui dentro. Nós tínhamos a determinação e a gente cumpria essa determinação. Nós tínhamos um diretor de segurança extremamente competente, que era o Dr. Ângelo Varela, que havia sido

deputado estadual, filho do governador do Rio Grande do Norte, então era um sujeito que conhecia os assuntos, politicamente, e um verdadeiro diretor de segurança. Nos dava um apoio muito grande em termos de prestígio, de apontar. Aquilo que ele mandava a gente fazer a gente fazia, ele assumia. E a gente, então, teve muita tensão.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Havia manifestações de populares ou essas manifestações eram só de parlamentares?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Não, não havia manifestações no Congresso, muito poucas manifestações, porque era impedido; mas o Congresso passou a ser uma guarida daqueles que tinham problemas.

Então, eu me lembro bem que eu estudava, eu fazia Arquitetura, e em uma das ocasiões a UnB foi invadida. Mataram lá um estudante. Houve uma coisa violenta na UnB. Eu até estava lá, e usei do fato de eu ser segurança daqui para sair do cerco, porque eu tinha que trabalhar aqui. Usei isso como documento. Apresentei o meu nome de documento de segurança da Câmara e eles me liberaram, para eu vir trabalhar.

Depois, os estudantes vieram para cá.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Entraram na Casa?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Entraram na Casa e ficaram na galeria, e dormiram na galeria. Então, foi muito interessante, porque eu estava numa posição totalmente estranha, e o pessoal me gozou muito, porque eu era estudante de Arquitetura. O estudante de Arquitetura é muito irreverente. Aí me viram fardado ali. Depois foi terrível, sabe? Muitos me chamaram, por muito tempo, de “tenente” lá na universidade.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Você sofreu algum tipo de constrangimento entre os estudantes por causa disso?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Não, não, nenhum tipo de constrangimento, porque nós... É interessante que a gente trabalhava do lado do estudante. A Câmara... havia um sentimento de dar guarida a esse pessoal.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Além dos estudantes, houve mais alguma manifestação, assim, significativa, em que chegaram a entrar e a se abrigar aqui dentro?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Não, eu não me lembro, assim, de coisas...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Trabalhadores rurais?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Não. De vez em quando vinham trabalhadores rurais e tal, comandados por um deputado, mas isso era

uma coisa já um pouco mais organizada. Não tinha mais, assim... Não dormiram aqui. Os estudantes dormiram aqui, acho que por duas noites seguidas, ali no plenário. Foi super legal, foi uma coisa muito gostosa, porque virou lá...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Um acampamento.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – É, um acampamento de estudantes; todo mundo deitado no tapete e tal. Foi muito... E não me trouxe nenhum constrangimento. Eu não tinha ... eu nunca tive nenhum constrangimento de andar fardado. Eu sempre tive muito orgulho de ser segurança da Câmara. Eu acho que... Eu sempre tive um orgulho muito grande de ser funcionário da Câmara. Seja de que nível for, eu acho que qualquer serviço é fundamental. Eu não concordo muito com “serviço-meio, fim”. Eu nem entendo muito bem disso, porque eu acho que as atividades-meio são fundamentais para que a atividade-fim se desenrole. Então, eu sempre tive esse raciocínio e sempre fui muito... sempre gostei demais da Câmara. Então, não tive nenhum constrangimento.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Na Câmara você nunca esteve ligado ao processo legislativo?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Não, nunca estive ligado.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Sempre ligado, primeiro, à Segurança e depois à Arquitetura.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Eu estava ainda no quarto ano de Arquitetura quando a Câmara decidiu ... para esvaziar o Salão Verde... O Salão Verde havia sido tomado por lideranças parlamentares. Não havia espaço de liderança parlamentar. Não havia espaço para o deputado permanecer, para o deputado ficar. Não tinha gabinetes de Liderança, só tinha gabinetes da Mesa. Não tinha gabinetes parlamentares. Então, os deputados, em geral, ficavam basicamente no plenário, mas os líderes precisavam ter um gabinete. Então, tomaram ali, fizeram uns tabiques no Salão Verde, e o Salão Verde foi totalmente, literalmente tomado por salas de parlamentares, de lideranças.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Uma coisa um tanto quanto improvisada.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Improvisada, improvisada. Era uma divisória de vidro com umas cortinas por dentro, muito improvisado e muito feio. O Salão Verde, ele era até fim da Câmara, não tinha nada ali para trás do Salão Verde. Aquele jardim onde hoje é o fim do Salão Verde era o fim do Salão Verde, era o fim da Câmara. Então, você tinha uma janela ali, como você tem no gabinete do presidente. Ali era uma janela ligada para a Praça dos Três Poderes. Então, o Dr. Luciano pediu ao Oscar Niemeyer – não sei

bem se foi iniciativa do Dr. Luciano ou se foi do Senado, eu ainda não estava na Arquitetura nessa época –, para fazer um acréscimo, que seria o bloco das lideranças, que seria aquela parte ali onde tem a Presidência e as lideranças, do jardim do Burle Marx para trás.

Nessa ocasião, começou a obra no Senado, e a obra veio se desenrolando. Quando ela chegou à Câmara, nós tínhamos dois arquitetos, que era o Eraldo Paixão, que também tem muita história para contar nesta comissão, e o Hamilton Balão Cordeiro, que está aí até hoje e também é um cara que tem história. Eles não davam conta de cuidar sozinhos daquela obra e, então, o Eraldo me pediu para trabalhar para ele num expediente. Eu trabalhava um expediente na Segurança e um expediente na Arquitetura, porque o Dr. Varela não me liberava da Segurança porque me considerava um bom segurança, um guarda eficiente; e eu era, eu era empolgado, eu gostava do meu trabalho.

Então, eu fiquei nas duas funções, até que não houve jeito e eu fiquei só na Arquitetura. Eu passei definitivamente para a Arquitetura, e a firma que pegou aquela obra lá foi uma firma que era comandada pelo ex-deputado Sérgio Naya, que depois veio a ser deputado. Na época, ele era um “engenheirozinho” novo e era gerente da Steca, que foi quem construiu aquela obra lá.

Foi uma obra extremamente trabalhosa sob o ponto de vista de fiscalização, porque ela era fiscalizada em primeira instância pela Novacap e depois por nós. O Dr. Luciano, muito sabiamente, fazia esses convênios, mas não entregava o dinheiro ao conveniado. O dinheiro não passava para a Novacap, quem mantinha o dinheiro era o Luciano, então, quem tinha o controle da obra era ele. E para o Dr. Luciano liberar o dinheiro, nós tínhamos que aprovar as contas aprovadas pela Novacap. Isso gerava um conflito muito grande da empreiteira conosco, e havia uma certa divergência de maneira de olhar, de fiscalizar. Então, nós tínhamos muita dificuldade.

Eu me lembro bem de uma fatura que o dono da empresa, que se chamava Ferro Dobrado, na época, era o presidente da Novacap. A Novacap é que fiscalizava, então, a quantidade de ferro foi uma coisa assim astronômica, sabe? Nós então fizemos o Eraldo depois fazer uma fiscalização daquela ferragem, e nós não conseguimos achar. Aí houve uma glosa grande, e o sujeito era o presidente da Novacap, dono da empresa. Problemas de obra mesmo. A partir daí, eu fiquei absolutamente integrado nas obras da Câmara.

ASRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Você passou definitivamente para a Arquitetura...

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Para a Arquitetura.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Em 60...

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Em 68, 69, talvez, princípio de 69, porque, em 70, nós inauguramos o edifício, a parte do Salão Verde, ali. Nós limpamos o Salão Verde.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Tiraram os tabiques.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Tiramos os tabiques todos e fizemos a reforma do plenário, a primeira reforma do plenário. Porque Brasília, quando foi feita, e a Câmara também entrou na mesma sistemática, não foi terminada, ela foi feita para a inauguração. Então, o plenário da Câmara era provisório, não era uma coisa definitiva, ele tinha uma série de coisas que não eram definitivas, que eram feitas, assim, a toque de caixa, para terminar. O aspecto dele era muito bom, era bonito e tal, mas ele não tinha acabamento.

O Oscar sempre pretendeu terminar, refazer aquela coisa e tal. Quando o Dr. Luciano conversou com o Oscar Niemeyer para refazer o plenário, para fazer a reforma do plenário, ele se entusiasmou – ele estava exilado na França, em Paris – e fez o projeto, o Carlos Magalhães e o Lelé desenvolveram aqui o projeto, e nós participamos.

Eu participei, assim, não muito ativamente porque o Dr. Luciano não queria muito a minha ingerência, porque ele disse que eu criava muito problema na fiscalização. Então, ele me tirou um pouco, porque realmente precisava fazer isso com muita rapidez. Nós tínhamos entre dezembro e março, porque inclusive havia uma posse do presidente, em 71, houve uma posse de presidente, que eu não sei qual é. Em 71... Não, não sei, não sei, mas houve uma coisa qualquer, ou... A gente sempre foi levado a ter o plenário como uma coisa sagrada. E a gente sempre foi... É até uma espécie de lavagem cerebral na gente de que o plenário não pode parar, que isso para o Brasil, politicamente, é tão importante e tal... E a gente sempre teve muita firmeza nessa postura. Com relação a ar condicionado, iluminação e tal, a gente luta de todas as formas para que o plenário se mantenha funcionando.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Houve casos em que esses equipamentos não funcionaram?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Houve, mas sempre nós tínhamos uma segunda via. O plenário nunca foi, nunca tivemos que suspender as sessões por falta de equipamento.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Nunca?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Nunca, nunca.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Nem na época da ditadura, nem depois na redemocratização?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Não. Nunca. Nós não permitíamos. Os funcionários da manutenção – e eu digo a importância dos funcionários da manutenção, não eu, mas os funcionários mesmo, aqueles mais humildes – dão a vida para que aquilo funcione. Então, você pega um funcionário do ar-condicionado da Câmara, por exemplo, em nenhuma hipótese ele deixa dar problema no ar-condicionado do plenário. Aconteça o que acontecer, ele não vai em casa, ele faz qualquer coisa para que o ar-condicionado do plenário funcione. Esse espírito nos foi passado por alguém, que não sei quem, e todos nós temos até hoje isso.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E esse espírito era forte mesmo durante a ditadura?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Para nós não tinha diferença.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Como é que os funcionários se sentiam, os funcionários do Legislativo que viam um bloco de parlamentares da Arena, tipo rolo compressor, parlamentares do MDB, um partido pequeno? Como o funcionário do Legislativo assistia a isso?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Eu particularmente via com muita tristeza. Eu via com tristeza porque achava que aquilo realmente não era bom para o nosso país, e a gente se sentia coagido, a gente se sentia... Teve uma época que havia até uma certa dificuldade em se dizer aí fora que era funcionário do Legislativo. Eu acho que o Legislativo foi tão vilipendiado nas suas funções e tão desmoralizado pelo Executivo e pelos militares que deixou de ser uma coisa nobre. Eu sempre disse com muito orgulho que eu sou funcionário da Câmara, mas teve uma época que não era de bom alvitre você falar que era funcionário da Câmara. Primeiro, porque nosso salário foi drasticamente reduzido, drasticamente reduzido. Nós tivemos um período aí extremamente difícil, em termos de salário, na época da ditadura.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Sim, mas isso em função de não ter hora extraordinária?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – De não ter sessão extraordinária, de não ter aumentos.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Houve corte de salário mesmo?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Não, corte, não. Houve corte no extraordinário, que era extremamente representativo.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E houve corte na concessão de aumentos?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Não houve aumentos, nós ficamos muito, realmente, por baixo. Inclusive sob o ponto de vista psicológico, o funcionário da Câmara foi muito... Eu, por exemplo, me sentia muito triste com essa situação.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E esse sentimento era generalizado?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Eu acho que era bastante generalizado. Eu me lembro bem de uma discussão que eu tive com o funcionário na porta do plenário. Parece que as normas da Câmara eram um pouco mais rígidas com relação, por exemplo, à entrada do plenário. O funcionário da Câmara não entrava no plenário a não ser que tivesse que ir ao plenário.

Eu então barrei o chefe de gabinete do MDB e ele me disse que eu o estava barrando porque ele era do MDB. Eu, na verdade, não sabia disso, não sabia que ele era do MDB, não tinha assim... eu não ligava o nome à pessoa, eu não ligava que aquele funcionário fosse do MDB. Era uma ordem que não podia entrar ninguém no plenário e ele disse que eu o estava perseguindo porque era do MDB.

Eu me lembro de que essa coisa me atingiu muito. Eu lembro até hoje. Isso tem vinte, trinta e tantos anos, eu lembro até hoje. O funcionário era chamado Diniz. Isso foi uma coisa que me marcou muito porque era um cuidado que eu tinha de não ter posições políticas para não assumir nenhuma posição que pudesse ser política. Eu assumia uma posição, uma postura de “me mandarem fazer e eu fazia”.

Agora, com relação à arquitetura, eu tenho assim... Todos os prédios da Câmara que eu não participei da construção eu reformei. Eu entrei na Câmara quando inaugurou o Anexo II. A Câmara até então era só o Anexo I e o edifício principal. Quando inaugurou o Anexo II aumentaram o contingente de segurança e eu vim nessa época. E hoje eu já reformei o Anexo II também. O edifício principal nós reformamos todo. O Anexo IV, eu participei da construção; o Anexo III, eu participei da construção; o Anexo I, nós já reformamos. Então, todos os prédios da Câmara, de que eu não participei da execução, eu participei da reforma. O que eu conheço bem na Câmara é esse aspecto, e aí sim, as injunções para se construir, a participação do Dr. Luciano. Pelo menos que eu me lembre bem, na reforma do plenário da Câmara, a participação do Dr. Luciano foi efetiva.

Nós tínhamos uma reunião todo dia às 11 horas da noite. Era uma característica do Dr. Luciano: eu acho que ele não tinha sono, era solteiro, era

casado com a Câmara, trabalhava dia e noite aqui na Câmara. Ele ligava para gente, às vezes, às duas horas e dizia: “Onde é que você está?” “Estou dormindo, Dr. Luciano, estou em casa dormindo”. Às duas horas da manhã ele ligava para mim e perguntava onde é que eu estava. Primeiro ele ligava para a minha casa, ele sabia exatamente que eu estava na minha casa. (risos)

Era uma estratégia que ele usava, ele era um sujeito... Eu tenho uma admiração imensa pelo Dr. Luciano. Primeiro, porque foi o meu primeiro diretor-geral; depois, foi diretor-geral por quatorze anos. E depois... ele foi um sujeito que nos deu oportunidade de fazer na Câmara. Ele nos respeitava muito, ele nos dava muita autoridade, muita autonomia de trabalhar, muito sério. No episódio da reforma do plenário ele comandou pessoalmente a reforma, porque não havia possibilidade – não no dia 3 de março, no primeiro de março, sei lá que dia era que abria a Câmara – de não abrir.

E aí aconteceu um fato interessante. Foi uma obra muito difícil, muito complicada, eu sei que nós demos conta. Eu me lembro que eu saí daqui mais ou menos duas horas da manhã do dia anterior à inauguração e fui para casa dormir. Daí, umas seis horas da manhã, mais ou menos, me ligaram porque tinha sido inundado o plenário. Inundou o plenário. “Mas como inundou? Não choveu, não tem nada”. Aí viemos para cá de novo, chegamos aqui, o pessoal de limpeza estava todo aí, os operários todos limpando.

O sistema de ar-condicionado do edifício principal era um só: Senado e Câmara dos Deputados. Nessa época, nós dividimos. Senado e Câmara, cada um ficou com o seu sistema de ar-condicionado independente. E nós, por desconhecimento, sei lá por quê, deixamos um cano que alimentava uma caixa d'água, que se chama água de condensação do ar-condicionado, ligado no Senado. E o Senado chegou, testou o aparelho de ar, ligou aquele troço lá, e a torneira entornou lá no nosso. Como era de noite, de madrugada, inundou realmente o plenário.

O parque da galeria ficou com água alta. Desceu pela escada da galeria e infiltrou na laje, e ali onde tem o som, infiltrou pelas paredes e começou a pingar no plenário, e aí realmente nós secamos tudo, enxugamos tudo. Na hora da inauguração estava tudo perfeito, bonito, mas acontece que estava pingando água, porque a água de dentro da estrutura nós não conseguimos tirar.

O Dr. Luciano determinou que os diretores se sentassem onde estava pingando água para que nenhuma autoridade ou deputado ou qualquer outro... O presidente da República veio. Não foi posse do presidente da República, ele veio, foi uma coisa muito solene, muito formal.

E eu me lembro bem do Padilha, chefe dos serviços gerais. Ele era todo impoluto, veio com terno novinho, porque não sabia que ia sentar na pingadeira e ficou na pingadeira, e a cara dele com aquela pingadeira, o negócio pingando nas costas dele. (risos) Foi uma coisa muito interessante, foi uma solução muito inteligente do Dr. Luciano, ninguém percebeu, só nós que sabíamos, ninguém percebeu e saímos bem com a coisa, essa pingadeira em vários lugares no plenário.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Dentro do plenário?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Dentro do plenário, de baixo daquele anel superior, do lado esquerdo. Você entrando no plenário, do lado esquerdo, tudo pingava água.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Da Constituinte para cá você se lembra de algum fato?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Político eu não me lembro, porque eu não participo. O que eu me lembro da Câmara é a parte administrativa, de que eu participei com muito prestígio, até muito maior prestígio que eu deveria ter pela minha função, porque eu passei a participar das decisões da Câmara e das reuniões do diretor-geral. Então eu sempre fui muito respeitado e participava, mas eu nunca tive muito interesse na parte política.

Interessante que em toda minha trajetória na Câmara eu sempre saí da reunião no momento em que virou político, porque havia um certo... Os diretores superiores, que era o diretor-geral e aqueles politicamente ligados a ele, tinham decisões ali que eu me sentia constrangido em saber, por que eram coisas que realmente eu não deveria saber, eu não tinha que saber.

Eu acho que quem vai poder falar muito bem disso é o Dr. Luciano, o Dr. Sabino e, agora, o Dr. Sérgio, que ainda tem pouca história para contar. Mas o Dr. Luciano ficou quatorze anos, o Dr. Sabino ficou dezoito, eles têm o fio da meada da Câmara.

Eu sempre imaginei que o representante dos funcionários junto à política, quem faz a política dos funcionários da Câmara era o diretor-geral. Quem me passou isso também foi o Dr. Luciano, que sempre disse que o diretor-geral tem que ser um cara absolutamente forte na Câmara para resistir às pressões dos deputados, por que ele é um funcionário e trabalha com os deputados.

Muitas e muitas vezes eu vi negar coisas para deputado e ele tinha então que ter força. E a gente sempre foi mais ligado à diretoria-geral, sempre trabalhou no sentido de fortalecer o diretor-geral, a diretoria-geral. Tudo o que a gente faz é através da diretoria-geral, todos os méritos que nós temos a gente

transfere para a diretoria-geral e todos os erros nós assumimos. Exatamente para preservar a diretoria-geral incólume desses problemas.

Esse foi um comportamento nosso, sobretudo do que agora é Departamento Técnico, mas começou com o Eraldo, Eurico, Hamilton e eu, só nós quatro, não tinha nem sessão. E o espírito nosso era tão interessante, tão coeso, que, quando se criou a Sessão de Obras, a gente imaginava que o Eraldo deveria ser o chefe. O Eraldo era o mais antigo, levou-nos todos para lá.

O Dr. Alteredo, que era chefe de gabinete do Dr. Luciano, exigiu que o Eraldo largasse o outro serviço que ele tinha aí fora na Codebrás, fiscalizava obra na Codebrás, para assumir a chefia aqui. O Eraldo não quis, então ele nos convidou a todos. Ficou um ano sem chefia a nossa sessão, até que o Alteredo resolveu aceitar que o Eraldo trabalhasse nos dois lugares.

Então nós tínhamos realmente um espírito de grupo muito forte, os quatro arquitetos. Formamos a base do que é hoje o Departamento Técnico, do qual o Carlos Henrique participou até certo momento. Não é, Carlos Henrique? Trabalhou conosco como desenhista, nos ajudou muito.

Eu acho que a minha participação política foi mais nesse episódio, porque eu era da Segurança.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Essas obras que foram realizadas, em termos de metro quadrado de área ocupada, nem sei quanto é.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Uns 140 mil metros quadrados mais ou menos de área ocupada na Câmara.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Que a Câmara tem hoje?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – É.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Naquela época devia ser o quê?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Bem menos, por que não tinha o anexo.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Quinze mil? Vinte mil?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – É.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Como é que todas essas obras repercutiram junto à população? A cada novo anúncio...

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Não havia grande repercussão, não – interessante, não era... Essa é uma história que eu acho que devia ser resgatada, a história do parlamentar aqui dentro.

Quando eu cheguei à Câmara, eu estranhava muito por que o parlamentar não tinha lugar de ficar. Eu tinha, na Segurança, o meu ponto de apoio; o deputado não tinha. O deputado ficava no plenário.

Por exemplo, a correspondência do deputado chegava e tinha um escaninho, onde hoje é a votação eletrônica. Ali tinha um buraco, uma mesa grande tipo aquela da reunião da Mesa, e os escaninhos. Então, o parlamentar pegava sua correspondência no escaninho, lia, anotava qualquer coisa para responder ou respondia e levava para os datilógrafos.

Tinha uma turma de datilógrafos, no plenário, que ficava no Salão Verde, onde é o cafezinho hoje, que datilogravava umas cartas, respondiam às cartas para os parlamentares. A maioria dos parlamentares só entregava àquele funcionário que respondia às cartas dele, porque aquele funcionário já sabia como respondia às cartas para o parlamentar.

O parlamentar não tinha nenhum apoio. Se ele não fosse líder ou membro da Mesa, não tinha gabinete nem funcionário nenhum à disposição dele. Nada. Isso veio do Rio, é uma cultura do Rio, porque no Rio todos os parlamentares tinham gabinete fora da Câmara, mas aqui em Brasília não havia essa cultura e não havia nem espaço, não havia loja para ele alugar. Quer dizer, não tinha nada, tudo que tinha aqui era oficial. Então, o deputado ficou sem gabinete por muitos anos.

Eu me lembro da decisão do presidente Pereira Lopes de construir o Anexo III. Houve uma discussão, o presidente queria construir o Anexo III para que cada deputado tivesse um gabinete, não cada deputado, mas alguns deputados tivessem os seus gabinetes, porque eram só trezentos gabinetes. O Dr. Luciano dizia a ele para ter cuidado, porque isso esvaziaria o plenário. E o presidente Pereira Lopes insistiu com a idéia, construiu e realmente esvaziou o plenário. Os deputados passaram a ficar mais nos gabinetes.

Então, o presidente Pereira Lopes foi que decidiu fazer o Anexo III, e fez-se o Anexo III. O gabinete de 18 metros quadrados, sem nenhuma infraestrutura, e tinha a sala do parlamentar e a sala do secretário parlamentar. O deputado só tinha o secretário parlamentar e tinha uma equipe de funcionários que trabalhava em função do deputado. Quer dizer, atendia, datilogravava para o deputado. Aquele secretário parlamentar era só para atendimento imediato do deputado.

Isso foi progredindo, progredindo. Havia a desculpa de não ter gabinete para todo mundo, porque não havia limite de quantos parlamentares haveria na Câmara, porque era progressivo, igual hoje, até que o presidente Geisel fixou em 409 o número máximo de parlamentares.

Nessa ocasião, o Dr. Luciano achou por bem, então – e o presidente era o Flávio Marcílio – construir um gabinete para cada parlamentar. Foi quando nós construímos o Anexo IV, porque aí havia fixado o número máximo de

409. Então não teríamos, quer dizer, não tinha mais desculpa para não ter um gabinete para cada parlamentar, e criou-se o Anexo IV.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Isso em meados da década de 70?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Isso foi em 80, meados da década de 70, mas a inauguração foi em 1981. Nós inauguramos o Anexo IV com o nome inclusive do deputado Flávio Marcílio, Edifício Flávio Marcílio. Foi o primeiro edifício a ter nome aqui na Câmara. Não havia, só tinha o Nereu Ramos, que era o auditório Nereu Ramos, que tinha nome, e o Edifício Flávio Marcílio.

Realmente esvaziou muito o plenário, houve um problema sério no plenário, começou a se ter dificuldades.

Então, a maior parte dos prédios aqui, o Anexo III e o Anexo IV, foi com o Luciano. O Sabino começou com a reforma do edifício do Anexo I, e reformou o Anexo II. Mas a construção de prédios, a maioria foi o Luciano. Foi o período realmente em que a Câmara se expandiu.

A Câmara veio para Brasília do tamanho, com base, no Tiradentes, mas houve até – o Dr. Luciano certamente vai falar disso, não é, Carlos? – houve uma revisão do tamanho da Câmara, ela ficou bem maior do que o Palácio Tiradentes.

O Edifício Anexo I, quando eu cheguei aqui, era quase vazio. O 14º andar, por exemplo, era um restaurante que nunca funcionou, era uma cozinha que nunca funcionou, ficou vazio todo o tempo. Então, havia uma grande disponibilidade diária.

Foram criadas umas bancadas para deputado, para parlamentar, nos andares superiores do Anexo I. Então, alguns deputados tinham esses gabinetes nos andares superiores do Anexo I. Lembro-me bem da bancada do Rio Grande do Sul, não sei se todas as bancadas tinham, mas o deputado era muito mal servido de apoio. Isso dava muito prestígio ao funcionário da Câmara. O funcionário tinha muita força, cada funcionário era ligado a alguns deputados, ou ao contrário, um deputado era ligado a alguns funcionários que faziam esse trabalho de suporte político e administrativo do deputado.

Então, tinha muito funcionário muito poderoso, e era interessante a gente ver.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Era uma ligação informal?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Era uma ligação informal. Era muito interessante a gente ver isso, a gente percebia bem isso no nível do funcionário da Câmara. Então, o motorista tinha um nível superior ao do técnico legislativo. O motorista ia até PL-08, o técnico legislativo ia até PL-09,

porque o motorista era o sujeito da confiança do deputado, era um sujeito que sabia da vida particular do deputado.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O PL é de 1 a ...

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – De 1 a 14. Quatorze era o que a gente chamava de...eram os maridos das funcionárias, porque quando vieram do Rio, as funcionárias que trabalhavam na Câmara, tiveram que trazer seus maridos. E a Câmara teve que arrumar emprego para os maridos das funcionárias, então, era o PL 14, chamava-se secretariado. Era o pessoal assim, eram sub-funcionários que depois se incorporaram e muitos deles chegaram a cargos importantes na Câmara. Eu não me lembro mais, assim, o nome deles, nem vou citar, porque já falei mal deles.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – PL significava o quê? Era uma hierarquia.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Era um nível. Hoje é NS. Eu sou NS 45. Já acabou? Era uma nomenclatura que dava. Então, eu entrei na Câmara como PL 13, PL 12.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Por que era solteiro?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Não, porque eu era guarda de segurança.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Não era casado com funcionária?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Não, o casado com a funcionária – deixa eu retificar essa informação, porque é uma informação que pode ser estranha –, quando a Câmara transferiu-se do Rio para Brasília, tinha muitas funcionárias na Câmara e essas funcionárias tiveram que vir. E os seus maridos que quisessem vir... alguns aproveitaram o ensejo e largaram os maridos ou os maridos largaram as mulheres. Muita gente veio sozinho, mas quem trouxe... e interessante, porque era característica dos homens, só os maridos das funcionárias é que ganharam esse cargo aqui na Câmara. As mulheres, não, porque mulher não trabalhava, naquela época. Mulher era dona de casa, quer dizer: não trabalhava... trabalhava muito, mas dona de casa, mas quem teve esse privilégio de ser contratado como secretário, era um grupo chamado secretário, não sei porquê, não. Secretário era marido de funcionárias. Vários funcionários aqui entraram dessa forma. Eu me lembro bem do Carlinho Brasil, do Alexandre Brasil, que eram filhos do Brasil. O Brasil era um funcionário emérito da Câmara, que escrevia os discursos dos presidentes, e os dois filhos dele trabalhavam aqui, assim, no secretariado, porque veio de lá. Sei lá, não sei bem por quê. Sei que é essa história que tinha. Tinha até um

ganso, esses gansos que tinham aí, nasceu uma vez um ganso todo atrofiado, com a asa toda arrebitada assim, todo aleijado, a gente dizia que ele era o PL 14. O PL 14, realmente era o que tinha de escória, em termos de funcionário, porque era o nível mais baixo, PL 16, PL 14. Então, era interessante. Na época em que a Câmara se transferiu para cá, muitos funcionários, muitos operários da construção se transformaram em funcionários, foram aproveitados, pessoal de manutenção, elétrica, hidráulica, muita gente ficou. Veio um funcionário de lá, Mourão, e arregimentou, junto aos operários que trabalharam na construção da Câmara, os funcionários de manutenção.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Você fez menção a um episódio em que o Nelson Carneiro atirou no Souto, no pai do Piquet.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Ah, sim. Dois episódios marcantes com relação a isso. Um foi do Oséas Cardoso com um senador – não me lembro o nome do senador – e eu fiz durante muito tempo a segurança do Oséas Cardoso. E a segurança minha era muito interessante, porque eu andava na frente dele, para ver se o outro senador não estava vindo, porque eles não queriam encontrar. Os dois queriam matar um ao outro, mas nenhum dos dois queria encontrar um com o outro. Eles diziam para todo mundo. Eram dois nordestinos, o Oséas Cardoso era tido como muito valente e esse senador também era muito valente. Esse senador, se não me engano, depois o pai do Collor, Arnon de Mello, atirou nesse senador e matou um outro.

(Não identificado) - O Khairallah.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO - É o que morreu. Pois é, mas o Khairallah não tinha nada a ver com a briga. Quem tinha com a briga era esse senador que era brigado com o Oséas Cardoso também. Devia ser um senador muito brabo. Eu não me lembro o nome dele, porque era senador e eu acompanhava o Oséas Cardoso. Então, quanto tinha sessão do Congresso, a gente vinha na frente para ver se o senador não estava no plenário e onde o senador estava no plenário. Onde estivesse, o Oséas sentava noutro lugar, longe, para... E o Oséas tinha um revólver 32 e ainda me lembro que eu falava com ele assim: oh, deputado, usa o 38, o 32 não mata, bate um pato e não derruba. Mas o fato do Nelson Carneiro com o pai do Piquet eu não me lembro bem o que é o episódio, porque eles brigaram, o que foi. Eu sei que eles tinham uma rixa grande. Nelson Carneiro defendia, com unhas e dentes, o divórcio, numa época em que o Monsenhor Arruda defendia, com unhas e dentes, o não-divórcio. Aliás, Nelson Carneiro só conseguiu o divórcio depois que o Monsenhor Arruda morreu. O Monsenhor não deixava, era um sujeito também vibrante e brilhante na sua defesa. Então, essa discussão era

muito interessante, porque Nelson Carneiro, dizia o pessoal, que ele se elegia sempre com essa bandeira do divórcio, e o Monsenhor Arruda, sempre com a bandeira do não-divórcio. Então, era uma discussão interessante, os dois até se relacionavam muito bem, mas tinha essa discussão. O deputado Souto Maior, parece-me, que é o pai do Piquet, não sei bem se é esse o nome, depois tem que ver, teve uma desavença com Nelson Carneiro e o Nelson Carneiro me parecia ser um sujeito muito sério, o Nelson me parecia ser um sujeito muito corajoso, e eles se encontraram, o pai do Piquet subindo a escada do Salão Verde e o Nelson Carneiro descendo a escada do Salão Verde, e eles não tiveram dúvidas, eles trocaram tiros. E o Nelson Carneiro tinha uma 765, uma arma automática, e ele descarregou toda a arma, mas só acertou um tiro no Souto Maior, acho que é Souto Maior mesmo, e durante muito tempo ficaram balas... Ali, onde é hoje aquele negócio dos bancos, aquele caixas eletrônicos, era o Banco do Brasil. Então, os funcionários do Banco do Brasil deitaram todos, e nós, da Segurança... eu fiquei escondido atrás daquela escada, e aquela escada não é boa para esconder de tiro, porque ela é toda vazada. (risos) E ali tinha a Vasp, a Varig ali debaixo, as empresas aéreas eram ali debaixo, e eu me meti debaixo do balcão, porque era mais seguro, porque só a escada era pouco, porque passava bala... Não passou nenhuma bala ali, eu não me lembro de nenhuma bala. Também eu não tinha muito como ver, porque o pau quebrando, tiro voando, e sei que ficou naquela parede de jacarandá da Bahia que tem ali tinha sinal de tiro, acho que ainda tem até hoje, atrás, naquele mármore ali onde era o Banco do Brasil, ficaram marcas de tiro ali. O interessante foi que quando acabou o tiroteio, aquela correria com o Nelson Carneiro, não sei o que fizeram com o Souto Maior, o Nelson Carneiro desceu aquela escada do Salão Branco, e me lembro bem da fisionomia dele, sabem, era uma fisionomia de um sujeito absolutamente abatido, eu achei que ele tinha sido atirado, tal a descaracterização da fisionomia dele; ele estava extremamente abatido, com a arma pendurada na mão, solta na mão, os ombros caídos, era uma figura realmente que me deu uma certa pena, e a gente o acompanhou até a saída da Câmara; ele saiu da Câmara, nenhum funcionário, nenhum segurança da Câmara teve coragem de abordá-lo, e não por medo, por qualquer coisa, por respeito. Nelson Carneiro era um homem extremamente respeitado, era um sujeito de postura respeitável e tal, eu me lembro de ele sair assim bem... Foi um episódio também interessante.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O Souto Maior não conseguiu acertar nenhum tiro nele?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Não, o Souto Maior estava numa posição pior, porque estava de baixo para cima, e o Nelson Carneiro de cima para baixo, então, Nelson Carneiro acho que atirou primeiro, não sei quem atirou primeiro, não posso avaliar, sei que quando vi foi pipoco para todo o lado, e a gente ficava ali, a Câmara era muito pequenininha, era muito...

Um outro episódio interessante que...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Só para a gente terminar esse episódio, teve alguma inquérito ou isso acabou em...

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – A Segurança não fez nenhum inquérito. A Mesa, eu não sei. Se houve inquérito não houve resultado, quer dizer, não houve nenhuma punição, nenhuma condenação, não houve nenhum desdobramento como falta de decoro parlamentar, cassação, isso é uma coisa muito recente na Câmara. Vi isso a primeira vez agora, há pouco tempo começaram a cassar por falta de decoro parlamentar, antigamente não havia, o deputado era muito... Essa imunidade parlamentar era uma coisa extremamente forte.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Faça uma comparação, Reinaldo, entre os parlamentares – você citou uma série de nomes como pessoas respeitadas, como pessoas de bom nível. Existe uma diferença entre deputado daquela época e o deputado de hoje?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Eu tenho dificuldade em fazer essa comparação, porque eu conhecia muitos deputados daquela época, porque eu trabalhava no plenário. Então, não politicamente eu conhecia, mas eu admirava muitos ao falar. Então, tinham deputados que quando iam falar a gente sentia prazer em estar ali trabalhando e não queria que a sessão terminasse – para ouvi-los falar. Vários parlamentares, esses parlamentares que eu citei, que eram os deputados aguerridos, a gente gostava muito de ouvir falar. O Mário Covas... Eu tive uma surpresa muito grande com o Mário Covas depois, quando ele voltou, porque foi cassado e tal, sumiu. A gente não ouviu mais falar. Quando ele voltou, ele tinha uma voz totalmente diferente da voz dele. Era uma voz rouca, difícil. Ele tinha uma voz espetacular. Ele discursava que era uma maravilha. A gente ficava embevecido de ver o Mário Covas discursar.

Depois, na segunda fase do Mário Covas, vamos dizer assim, ele já não era tão atraente para falar, porque a voz dele já não era tão agradável e tal. Eu tive uma surpresa negativa com o Mário Covas.

Mas eu não sei comparar os parlamentares, porque hoje eu não convivo com parlamentares. Eu não tenho mais nenhuma participação. Eu continuo

alienado, eu sou alienado. Naquela época também eu era alienado, mas por força do trabalho eu muitas vezes ouvia aquelas sessões que iam até altas horas da madrugada, porque eu era segurança e ficava no plenário, participava. Então, tinham muitos parlamentares bons.

Hoje, certamente, tem, mas hoje eu não conheço, eu não poderia comparar. Agora, o que eu acho é que naquela época o parlamentar era muito mais respeitado, ele tinha muito mais postura de parlamentar. Não sei se ele dava mais importância ao cargo, se ele era mais protegido. Eu não sei fazer essa avaliação política. Mas o deputado era realmente uma pessoa extremamente respeitada.

Uma carta de deputado para arranjar emprego era uma coisa forte, era uma coisa que conseguia emprego. Hoje, eu não sei como é que é. Não posso fazer paralelo, porque hoje não conheço.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E no quadro de funcionários, houve mudança?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Acho que no quadro de funcionários houve mudança. Houve uma época em que o quadro de funcionários piorou muito. A Câmara sempre primou por concursos. Até havia uma diferença muito grande entre os funcionários da Câmara e os funcionários do Senado. Os funcionários do Senado... No Senado, durante muitos anos, não houve concurso, nunca houve concurso. Eram protegidos, eram pessoas que vinham com os senadores. Os senadores empregavam aquela pessoa e ficava. Na Câmara, por muitos anos, os concursos eram duríssimos. A D. Naíde, que era Diretora, lembro-me bem que no dia de concurso ninguém entrava no plenário, nem o diretor-geral. Ela não deixava. E eram concursos extremamente rígidos, feitos na hora. Era uma coisa complicada. E o nível do funcionalismo da Câmara era muito alto.

Em determinado momento, eu não sei por que razão histórica, parece-me que foi com o Flávio Marcílio, com o presidente Flávio Marcílio, a Câmara passou a contratar pelo regime de CLT. E aí houve uma diminuição do nível, porque não era mais concurso público.

Eu me lembro, eu fiz vários concursos assim para o meu pessoal, de nível técnico: marceneiro, operários de maneira geral, eletricitas, e a gente determinava o nível do profissional. Nós selecionávamos profissionais, mas não mais aquele nível de funcionário público.

E aí, posteriormente, numa determinada época, parece-me que foi no... E aí começou também o secretariado parlamentar, que não chamava secretariado parlamentar, parece que se chamava assistente de gabinete, que

eram também pessoas que atendiam o parlamentar, mas não tinham o nível dos funcionários da Câmara.

E, num determinado momento, acabou esse regime duplo, CLT, e criou-se um regime único, estatutário.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Esses celetistas eram terceirizados, não é?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Não eram terceirizados. Eram contratados pela Câmara, mas sob o regime de CLT. Não tinha a seleção que havia hoje. Muitos não foram selecionados. Muitos eram parentes de deputado, enfim, pessoas que o deputado arranhou para trabalhar com ele nesse cargo de assistente parlamentar, não é?

(Não identificado) – Cargo de livre provimento.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Exatamente. Como é hoje CNE, não é? E, num determinado momento, todas essas pessoas passaram a ser funcionários da Câmara. E houve, realmente, uma redução da qualidade do funcionário da Câmara que muito me entristeceu. Eu achei que o funcionalismo da Câmara baixou muito o nível e a gente não tinha mais aquela satisfação em dizer que era funcionário da Câmara. O funcionário da Câmara era realmente uma elite de competência, de capacidade, de trabalho. Aí ficou meio complicado. E a Câmara teve uma série de problemas administrativos com esse pessoal. Era um pessoal, por exemplo, que não tinha nível superior ocupando função de nível superior. Houve muito problema nas reformas que fizeram posteriormente a essa data, porque tinha que se adaptar. Lembro-me de que os motoristas tiveram que virar seguranças porque eles tinham nível mais alto do que os motoristas. Uma série de problemas administrativos que certamente o Sabino, o Dr. Luciano poderão dizer, que sabem melhor do que eu. Mas eu sei que o nível do funcionário baixou.

Agora, eu acho que a Câmara está recuperando o status de funcionários altamente selecionados. Esses últimos concursos me pareceram de altíssimo nível. E tem esse CNE, eu não sei bem como é que funciona, eu também não sei qual é a competência. Até temos alguns CNEs na Câmara, na... Mas são arquitetos, são pessoas competentes. Mas eu tenho muito medo da qualidade declinar se começarem a incorporar pessoas que não são concursadas.

Eu gostaria que todos os funcionários da Câmara fossem concursados. Eu acho que é o melhor sistema de seleção, mais justo, mais lógico. Mesmo que ele não seja socialmente muito justo, porque existe uma discriminação com relação ao estudo da pessoa com menos poder aquisitivo, eu acho que ainda é a mais democrática forma de acesso ao serviço público.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Eu tenho mais uma pergunta. Eu só queria saber se... Acho que esse aqui a gente cumpriu.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Cumprimos até demais, porque se você me deixar conversar vou daqui dois dias.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O que eu queria é que você fizesse uma comparação em dois níveis, como funcionário e como cidadão. Você comparasse o Legislativo... De uma certa forma, você já falou sobre isso várias vezes. Mas, assim, eu queria de uma maneira mais objetiva. O que é um Legislativo submetido a uma ditadura, e o que é um Legislativo num regime democrático. Faça uma comparação em dois níveis, como funcionário e como cidadão.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Eu tenho uma impressão muito pessoal disso. Eu vejo isso sob um aspecto, talvez, muito particular. Até, quando eu saio daqui e vou para minha cidade, eles me fazem perguntas sobre o Legislativo e eu dou uma opinião que não tem nada a ver com a parte política. Perguntam-me: “e o deputado, fulano de tal, é bom?” Eu procuro ver se aquele sujeito é um sujeito que não me pede nada, que não seja certo e tal, quer dizer, a análise que eu faço do político é diferente.

Mas em relação à sua pergunta, na época da ditadura, eu acho que era mais fácil para nós funcionários. Isso é uma impressão muito pessoal, eu não sei nem se é uma coisa assim de se declarar...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Mais fácil em que termos?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Pois é, eu não sei nem se é uma coisa assim de se declarar, porque é uma visão pessoal minha.

O Legislativo era muito mais poderoso internamente. Eu acho que ele tinha mais benesses sob o ponto de vista material. Como o meu aspecto é material, como eu trabalho construindo; como eu trabalho na manutenção; como eu trabalho com dinheiro público... Nós não tínhamos problemas de orçamento, não tínhamos problemas de prestação de contas. Nós tínhamos total privilégio de fazer a coisa como queríamos fazer. Nós éramos honestos porque somos honestos. Não havia uma fiscalização, por exemplo, do TCU. A gente não percebia a fiscalização do TCU como hoje e não havia dificuldade de dinheiro.

Então, eu associei isso – e é uma coisa absolutamente pessoal, quero deixar isso bem claro – ao desprestígio do Legislativo sob o ponto de vista de comando nacional. Enquanto o Legislativo era fraco como Legislativo, como Poder Legislativo, quer dizer, tinha pouco poder, o Executivo sobrepunha ao Legislativo inteiramente. Aí, sim, criava um rolo compressor violento e a

Arena era muito mais forte do que o MDB. A coisa aqui dentro era muito fácil. Todo dinheiro que você queria com o Executivo você conseguia, porque essa independência do Poder é muito relativa porque quem tem o caixa, quem tem o dinheiro é o Executivo.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Foi uma época em que a Câmara demandou muitos recursos, muitas obras.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Muitos recursos e tinha recursos. Não havia esses planos diretores, essas coisas e a gente ia lá, pedia e o recurso vinha. Então, isso era muito mais fácil.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Seria uma contrapartida do Executivo a essa submissão?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Na minha análise pessoal, muito pessoal, eu sempre imaginei isso. Como eles tinham pouco prestígio político, eles tinham benesses, eles tinham facilidades, poder, não estou dizendo os deputados, não, o Poder Legislativo tinha facilidades, era tratado como um bom menino e tal. Então, dava-se dinheiro. Nós fazíamos essas obras. Não tinha problema e não éramos fiscalizados pelo TCU de uma forma veemente. Eu nunca tive que me explicar ao TCU.

Eu me lembro de que o Dr. Luciano tinha alguns funcionários e dizia: “Quero fazer isso dessa forma, agora você redige para que isso fique legal.” E as pessoas redigiam, o Ribas, Dr. Atir, Humberto e vários funcionários da Câmara, que eram altamente competentes, faziam a redação, que mais ou menos é a assessoria do DG hoje. Essas pessoas que eram assessores faziam aquilo tornar-se... Eu me lembro de que eu fui a São Paulo e comprei os móveis do Salão Nobre, pessoalmente, fui na Forma, comprei, trouxe e paguei, sempre sem nenhum problema.

Eu me lembro da D. Maria Dulce...

(Não identificado) – Sem nenhum processo, sem nada.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Sem nenhum processo.

Eu me lembro da D. Maria Dulce, que era diretora do Patrimônio, ficar possessa comigo – não tinha processo – porque ela dizia que eu fazia uma bagunça doida. E eu fazia mesmo. Depois eu dizia: “Mas, D. Maria Dulce, eu tenho a senhora para corrigir a minha bagunça. Depois que eu faço a bagunça e saio comprando por aí, a senhora arruma a bagunça”. E ela ficava muito irritada comigo porque o Patrimônio... Eu passava por cima deles. Claro que não era eu, era o Dr. Luciano que dizia: “Vá e faça”. Porque o Oscar Niemeyer...

Então, a gente tinha essa liberdade. Eu me lembro de que na posse do Geisel, o Flávio Marcílio decidiu que deveria ter uma tribuna de honra para

os ministros que iriam tomar posse, porque eles não podiam ter acesso ao plenário, só os ministros atuais é que podiam. Aí decidiram fazer uma tribuna de honra dentro do plenário. Aí, foi atrás do Oscar Niemeyer, e tal, e fez o desenho da tribuna de honra, que ficava atrás, dentro do plenário, na frente do vidro. O Oscar fez o projeto. Uma firma de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro fez o projeto de estrutura. Foi uma obra muito complicada porque a gente não podia sobrecarregar a estrutura do plenário. E aí começamos a negociar para comprar a estrutura. Na época, era a Fischer a firma que tinha a capacidade de entregar essa estrutura. E nós fomos, Dr. Luciano e eu, a São Paulo negociar com a Fischer para fazer... E a Fischer não tinha nenhum interesse em fazer porque a obra era extremamente urgente, complicada, muito pequenininha. A Fischer era uma empresa monstruosa, e fazer aquela obrinha... Mas não podia negar também para o Congresso Nacional aquilo e o Dr. Luciano colocava aquilo como sendo para a posse do presidente Geisel, que se a Fischer não fizesse ela ia... O Dr. Luciano era um cara persuasivo, ele persuadia mesmo as pessoas.

Eu me lembro de que a Fischer disse: "Não tem jeito, a CSN não entrega o aço". Então, o Luciano pegou o telefone lá na Fischer, mandou ligar para o presidente da CSN, numa demonstração de poder, de força, e era o Plínio Catanhede, que era o presidente, esse governador aqui, era amicíssimo do Luciano. Ele disse: "Olha, Plínio, estou com um problema aqui para a posse do presidente Geisel, e tal, eu estou aqui na Fischer, e eles precisam do material, vê se você resolve para eles." No dia seguinte o material estava todo disponível.

Então, tinha essa possibilidade. Eu me lembro de que a segunda negociação... Ficou aquele negócio de preço. Aí a Fischer disse: "Olha, é impossível fazer, porque o preço é dez vezes superior ao preço normal do aço". E o Dr. Luciano mandou que eu fosse em São Paulo negociar e fechar o contrato com a Fischer. Ele me deu um limite: até um milhão – não sei que moeda era na época – eu poderia fazer o contrato. (*interrupção*)

Mas o Dr. Luciano me disse: "Até um milhão... Eles vão catimbar com você negócio de preço. Eles vão subir o preço. E até um milhão de reais você pode contratar, que está tudo certo". (*interrupções*)

Então, o Dr. Luciano me deu esse limite de um milhão. E fui para lá negociar. Eles tinham me dado um pré-preço de mais ou menos 400 mil, em moeda da época, que não sei qual é. Fui para lá com esses 400 mil, mas com autorização do Luciano de até um milhão. Vejam que as coisas eram assim que funcionavam. Dr. Luciano me deu autorização para eu contratar até um milhão. E eu fui. Sentamos numa mesa, em reunião, a sala cheia de gente, eu

sozinho representando a Câmara e uns dez da Fischer para negociar comigo. Começamos a negociação. A uma hora, o diretor financeiro disse: “Olha, não tem jeito. É impossível nós fazermos, porque aquele pré-preço que a gente deu está muito aquém da verdade”. E o quilo de aço, que, naquela época, era um, o nosso seria cinco. E fiz igual ao Dr. Luciano, tinha muito isso de dizer: “Me dê a ordem de grandeza. Não quero saber o preço não, me dê a ordem de grandeza”. Eu disse: “Quanto isso representa em dinheiro?” A pessoa respondeu: “Isso vai ficar em 700 mil”. Fiz cara de assustado. Pensei: “Estou com 300 ainda de folga. Esse pessoal está brincado”.

A negociação foi indo, e eu disse: “Olha, vamos fazer o seguinte: vou ligar para o Dr. Luciano e dizer que está fechado o contrato”. Liguei para o Dr. Luciano e disse: “Olha, Dr. Luciano, consegui fechar por um preço absurdo, 700 mil. Não tem como fazer mais barato e tal”.

Bateram o contrato. Assinei o contrato e depois disse: “Olha, panaca, tinha autorização até um milhão”. (risos) Aí eles queriam subir o preço. Quando falei “panaca”, dirigi-me ao engenheiro, não aos diretores. Disse a ele que eu tinha autorização de ir até um milhão.

Então, era assim que funcionava. E fizemos essa estrutura.

Aconteceu um episódio interessante. Não sei se tem tempo para contar. Foi muito interessante esse episódio com o Sr. Oscar, porque ele detestou a estrutura. Ficou realmente uma excrescência. Tinha aquele vidro “limpinho” e atrás, na entrada mesmo, onde ficava um relógio, havia a tribuna de honra. Ela era alta, possuía uns pilares, e ficou feio demais, uma coisa caindo para dentro do plenário. E o Sr. Oscar veio, já nos últimos dias, estávamos colocando o tapete, e ele chegou e disse: “Reinaldo, esse troço está uma m...”. O vocabulário dele era esse. “Esse negócio está uma m..., está ruim demais. Temos de tirar isso. Você tem que me garantir que o presidente Flávio Marcílio vai tirar”. Estava eu e o Eurico com ele. Só nós dois ali dentro do plenário. Ele “metendo o pau” no negócio. Entrou um deputado, que acho que se chamava Raimundo Diniz. Era um deputado do Nordeste, que tinha ficado meio doido. Ele era tão doido que... ele tinha largado de fumar, mas punha o cigarro na boca, ia cortando o cigarro e jogando o pedacinho fora, para o cigarro acabar e ele pôr outro. Então, chegava a esse nível de debilidade mental. Eu imaginava que aquilo era debilidade mental.

(NÃO IDENTIFICADO) – O Raimundo Diniz...

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Raimundo Diniz, não. Esse é outro. Mas era um Raimundo qualquer, que até se suicidou posteriormente.

Então, ele realmente não era muito bom da cabeça. Posso tentar resgatar o nome dele, porque foi muito interessante o episódio.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Acho melhor não lembrar o nome.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Realmente é melhor não lembrar o nome. Ele chegou e entrou no plenário. De repente, ele olhou para trás, estava Eurico, Oscar e eu, e o deputado chegou, no nosso rumo, porque era o rumo da visão da tribuna. Olhou para um lado, olhou para o outro e disse: ”Mas que monstrengo, hein?” (risos) Aí, o Oscar: “Mostrengo é a puta que te pariu”. (risos) Eu disse: “Calma, Oscar, esse deputado é meio biruta”. “Nada. Ele está falando isso... Ele chegou aqui para me falar. Ele está me desafiando aqui”. “Oscar, ele não sabe quem é você. Ele está aéreo”. “Não, esse cara...” Queria ir atrás do deputado, queria tirar satisfação com o deputado. Mas segurei ele.

Então, é isso gente.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Tem alguma outra coisa que você acha importante, que a gente coloque nesse depoimento.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Acho que não. Se eu lembrar, depois falo mais. Tenho muitas histórias da Câmara, mas são histórias ligadas à administração. Não tenho para contar história ou fato político algum.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Mesmo que os fatos fossem ligados à administração, há coisas que repercutiram.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Sem dúvida.

(Não identificado) – O tapete rolante. Quem inventou o tapete rolante? Foi o Flávio Marcílio mesmo?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Pois é, essas coisas todas são muito interessantes. Quando fomos fazer o Anexo IV, o Oscar Niemeyer estava na França, estava em Paris. E o Oscar Niemeyer reconhece muito a Câmara. O Dr. Luciano foi o responsável por isso. Porque sempre a Câmara prestigiou o Oscar. Mesmo quando ele estava degredado, estava todo na pior, a Câmara sempre o prestigiou. E a Câmara mandou Eraldo lá em Paris. Isso aí era benesse do chefe. Eraldo logo se prontificou para pegar o projeto com o Oscar. E o Eraldo foi, buscou o projeto. Veio o *tapis roulant*. No projeto do Oscar, veio *tapis roulant*. Então, ele dizia – escrito, não havia projeto ainda –: como o Anexo IV ficaria muito distante, poderia ser feito o *tapis roulant*, que é o tapete rolante, semelhante ao aeroporto de Orly – parece –, aeroporto que tinha uma esteira rolante. Isso foi a base do projeto da esteira rolante. Não foi criação de nenhum de nós. Foi uma criação de Oscar Niemeyer, que foi

fundamental, porque realmente é muito distante. O Anexo IV é muito distante, são 120 metros de túnel.

Foi tecnicamente complicado de construir, porque tínhamos que passar por debaixo da rua. Por isso ele tem um declive e depois um aclave, porque tínhamos que passar por debaixo da rua e em cima de uma rede de água pluvial, uma galeria imensa. Tivemos de desviar essa galeria de água pluvial para perto do Anexo IV. Ela passa paralela à rua. E nós fizemos um dente com ela e passamos a rede de água perto do Anexo IV exatamente para passar debaixo do túnel, porque onde ela passava não dava altura. Tivemos de desviar.

O tapete rolante, a esteira rolante foi uma criação do Oscar Niemeyer e foi uma coisa inédita. Não existia no Brasil.

Algumas pessoas que gravitavam em torno da Câmara, eram particulares, que resolviam esse tipo de problema. Tinha um sujeito chamado Oto – você lembra do Oto, Carlos –, que era um vendedor, representante de várias empresas grandes e descobriu a SUR, que se propôs a fabricar. Fizemos com a SUR. Fizemos o tapete rolante, que, durante muito tempo, foi atração turística muito grande.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Não tinha nenhuma escada rolante no Congresso?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Escada rolante, sim, tapete rolante, não.

(Não identificado) – E o aeroporto foi o de Frankfurt.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Não sei. Meu conhecimento se restringe ao Brasil, mais a parte norte e os rios do Brasil. Meu conhecimento do exterior é zero. Nem o Nordeste eu conheço, do estrangeiro. Diz-se que o Nordeste é estrangeiro...então, nem o Nordeste eu conheço.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Para a gente está ok.

(Não identificado) – Eu queria fazer só uma pergunta, Reinaldo. Vocês que trabalham na Caenge, que cuidam dos espaços, você teve, em muitos momentos, de fechar e abrir gabinetes, tem histórias assim?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Realmente sou um cumpridor de ordens. Sou um sujeito tido como um cara que resolvo os problemas, porque sou o executivo, na expressão exata da palavra, porque executa vou para lá, pego, carrego a cadeira, carrego o móvel. Então, muitas vezes fui muito mal interpretado na Câmara por essas atitudes agressivas. Agora mesmo, essa semana, há uns três dias, eu recebi uma determinação do presidente, através dos órgãos, do diretor-geral, das pessoas que me dão ordem – o presidente não me dá ordem, eu não sou subordinado diretamente

ao presidente –, mas me veio como uma ordem do presidente para mudar o 2º andar para o subsolo e o subsolo para o 2º andar. Quer dizer, a Segurança mudava para o 2º andar e a Secretaria da Presidência da Câmara mudaria para o subsolo. Evidentemente, o pessoal da Secretaria não achou bom, mas fui lá, mandei o arquiteto lá, o arquiteto foi, conversou com o chefe da Secretaria da Presidência. E ele disse que foi lá, olhou o subsolo, disse que está tudo muito bem e tal, mas posteriormente houve uma reação muito grande por parte dos funcionários. E eu, então, recebi a ordem para fazer, estava tudo certinho, chamei oito operários e fomos para lá para fazer a mudança. Aí não me deixaram fazer, disseram que eu fui truculento, que eu fui violento. Não é, eu fui para mudar, eu não fui... Disse: “Recebi uma ordem e vou mudar”. Então, isso sempre aconteceu e sempre eu fiz e sempre acho que vou fazer. E aquilo que eu falei com relação ao diretor-geral é tão forte para nós, que uma vez houve um problema entre o diretor-geral e o 1º secretário. O 1º secretário autorizou a uma liderança – e aí eu me permito não falar nomes, para não ter nenhuma repercussão – de um partido a invadir uma área que estava destinada a uma outra... tinha um outro destino. E o diretor-geral mandou a gente tirar o pessoal de lá. E o 1º secretário disse que a gente não tirava. A gente foi ao diretor-geral: É para tirar? É para tirar. Fomos lá e tiramos e pusemos as coisas na... porque como eles não quiseram tirar, nós pusemos as coisas no corredor. E o 1º secretário ficou super irritado. Depois, a gente ajudou o diretor-geral a resolver o problema arranjando um outro espaço para o partido, fora do lugar. Mas as ordens do diretor-geral a gente cumpre, a gente acha que tem cumprir, apesar de entrar em atritos com funcionários, com deputados, seja lá com quem for, a gente sempre teve essa atitude de cumprir ordens. Como o nosso departamento é quem dispõe de pessoal, é quem dispõe de meios para fazer essas coisas... Nós temos chaveiro, então, se o diretor-geral me manda fechar uma porta, eu troco a fechadura daquela porta, o sujeito que tinha a chave não entra mais. Isso é realmente uma coisa agressiva, mas eu acho que o diretor-geral tem que ter esse tipo de atitude por parte do funcionário, para que ele consiga enfrentar os parlamentares ou seja lá quem for.

Então, eu tive muitos atritos, mas depois o pessoal compreendeu. Se tiver uma eleição na Câmara, eu acho que eu não me elejo, como funcionário, eu não me elejo, mas...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Bom, eu não sei. Nós vamos trabalhar esse material daqui para a frente, mas foi muito saboroso, muito interessante.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – A história, não é?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – É, muito legal.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Eu acho que esta minha entrevista, na verdade...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Independentemente do tratamento que a gente vier a dar a isso aqui, foi muito legal.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Eu acho que na verdade meu depoimento tem pouco interesse político, porque realmente eu não tenho uma visão política das coisas. Agora, como funcionário, como participante.

(NÃO IDENTIFICADO) – Mas o interesse bonito é você ter construído a estrutura que dá apoio a todos esses deputados aí. Eu acho que a beleza está aí. Você conhece.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – É, eu tenho muito orgulho disso. Eu tenho muito orgulho de ter trabalhado onde eu trabalhei, tanto que eu já tenho quarenta anos de serviço público e não me aposentei. Estou pensando agora nessa reforma da Previdência...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – É melhor aposentar logo.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Não, ao contrário.

(Não identificado) – Não vai fazer diferença.

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Não, ao contrário, estou pensando em colocar, em propor a um deputado, que eu não sei como eu chamo o deputado para falar isso, mas eu vou arranjar, vocês que têm mais prestígio com o deputado, para colocar a compulsória com oitenta anos. Estou achando que setenta anos está ficando muito perto de mim. Faltam só oito anos, e eu não estou achando bom esse negócio de chegar perto.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Você já apresentou sugestões para Deputados em alguma outra época?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Nunca, nunca. Aliás, eu sempre achei que os deputados perderam alguma coisa em não nos perguntar sobre a parte administrativa. Por exemplo, eu teria uma colaboração muito grande a dar sobre a Lei nº 8.676 [8.666]. Sou sofredor da Lei nº 8.676.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Que lei é essa?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – É a lei de licitações. Por exemplo, quando o Itamar vetou o sistema de administração contratada, e ele o fez na melhor das intenções, porque administração contratada é um funil de vazamento de dinheiro e difícil de fiscalizar. Nós temos uma solução na Câmara que nós adotamos. Nós criamos uma lei, uma legislação própria nossa,

de fiscalização de obra por administração que é um espetáculo. E isso podia, se o deputado tivesse nos perguntado, na época, nós podíamos ter dado isso como contribuição, porque eu acho fundamental o sistema de administração contratada, porque é a melhor forma de você fazer uma reforma no serviço público. Porque numa reforma você não sabe exatamente o que você vai fazer. Quando você começa a quebrar, sobretudo aqui na Câmara antiga, que não tinha projetos, quando você começa a quebrar você começa a ver os problemas, você precisa enfrentar aqueles problemas, então você tem que ter uma administração contratada. Mas infelizmente os deputados nunca nos perguntaram e nós nunca tivemos acesso para dar essa contribuição.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Mas não tiveram essa iniciativa de apresentar?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – Nós, não. Porque exatamente nós sempre tivemos uma postura apolítica, a parte técnica, o Departamento Técnico.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Qual é o suporte dessa proposta que se faria? Na prática, como ela funciona?

O SR. REINALDO CARVALHO BRANDÃO – A administração contratada é uma administração em que você contrata uma empresa e essa empresa tem um percentual sobre tudo o que ela gastar. A forma de pagamento da empresa é um percentual sobre tudo o que ela gastar, de mão-de-obra e de materiais. Isso cria na empresa um espírito de que para ganhar mais dinheiro ela tem que comprar mais caro e não mais barato. E o serviço público sempre defende a compra mais barata. Então, quando fizemos nossa primeira obra por administração, que foi a reforma do Departamento Médico, bolamos – e o Eraldo, fundamentalmente o Eraldo –, nós, o grupo do Departamento Técnico, na época era Seção de Obras, criamos uma legislação cuja forma de compra era por licitação. Então, criamos na obra uma espécie de comissão de licitação, todas as compras eram feitas por essa comissão. E essa comissão era composta por um representante da Câmara, ou dois representantes da Câmara, no princípio era um representante da Câmara, que era eu, e o sujeito da firma, o engenheiro, éramos dois. Depois ficou com mais uma figura, que era um do Patrimônio. Então, ficavam dois representantes da Câmara e o representante da obra. Com isso, não deixávamos a compra sair cara, porque fazíamos licitação de tudo. Tínhamos o controle total da obra e a um preço extremamente baixo. Então, acho que isso é uma coisa que o Brasil poderia adotar. E depende do fiscal, o fiscal tem que ser honesto. Mas parto sempre do princípio de que o fiscal tem que ser honesto. Se o fiscal não for honesto, não existe sistema que impeça

a roubalheira; se houver corrupção, não há como deter, por mais legal... Até costume dizer que essas leis muito rígidas só pegam quem não é ladrão, porque o sujeito que é ladrão ele cumpre a lei rigorosamente para não ser pego. Você veja que esses grandes desfalques que têm por aí ninguém consegue provar nada, porque é tudo bem feito, formalmente bem feito. Então, acho que essa seria uma contribuição que eu, pessoalmente, nosso departamento, poderia ter dado à legislação brasileira e contribuir com a legislação brasileira.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Muito obrigada.